

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.048 - MG (2019/0037039-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ROBSON DOS REIS GUEDES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ROBSON DOS REIS GUEDES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (HC n. 5000252-67.2018.9.13.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 3º, *i*, da Lei n. 4.898/1965, tendo em vista que (e-STJ fl. 15):

Apurou-se que, no dia 26/08/2016, por volta das 07:00 horas, na rua Carimbe, número 104, no Bairro Guarani, em Belo Horizonte, os denunciados ROBSON DOS REIS GUEDES, ELIAS ROCHA BERNARDINO JUNIOR e DIEGO AMORIM RUSSO, Policiais Militares, em unidade de desígnios e propósitos, agindo com abuso de autoridade, atentaram contra a incolumidade física de Jonathan Marques Cannabrava.

De acordo com as provas colacionadas, na data e horário supracitados, os acusados realizaram buscas na residência de Jonathan a procura de substâncias entorpecentes, devido a denúncias anônimas informando possível tráfico de drogas no local, cumprindo mandado judicial.

Em determinado momento da abordagem, os denunciados, a fim de averiguar possível armazenamento de drogas, adentraram no quarto da vítima, devidamente algemado, oportunidade em que o agrediram com socos no rosto.

A par da coerência dos relatos, a filmagem constante da mídia de fls. 52 é condizente com os fatos narrados, já que o pequeno tempo de vídeo, apenas 19 segundos, demonstra uma confusão no quarto da vítima e sua irmã sendo retirada abruptamente do cômodo por um policial militar.

A denúncia foi recebida de forma tácita considerando que o investigado recusou a proposta de suspensão condicional do processo e, anteriormente, a de transação penal. Foi, assim, reaberto o prazo para a apresentação de defesa a todos os policiais militares, nos moldes do rito processual comum (e-STJ fls. 38/39).

Contra essa decisão a defesa impetrou *habeas corpus* na origem alegando constrangimento ilegal decorrente da aplicação de procedimento diverso do elencado no Código de Processo Penal Militar para apurar a suposta conduta imputada ao então paciente. No entanto, os desembargadores da Primeira Câmara, por unanimidade, denegaram a ordem (e-STJ fls. 49/58).

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 58):

HABEAS CORPUS- PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO - LEI N. 13.491/2017 - AMPLIAÇÃO DE COMPETÊNCIA NESTA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL - UTILIZAÇÃO DEVIDA DO RITO PROCESSUAL - CABÍVEL O WRIT, DESDE QUE HAJA UM CONSTRANGIMENTO ILEGAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO PACIENTE - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES (FUMUS BONI IURIS E O PERICULUM IN MORA) - DENEGACÃO DA ORDEM.

- Justificada está a utilização do rito processual comum, tendo em vista que a Lei n. 13.491/17 alterou somente a competência desta justiça especializada para o julgamento dos crimes praticados pelos policiais militares, sem, contudo, alterar o procedimento aplicável.

- O writ se destina à preservação do direito de liberdade do cidadão, quando já tiver sido violado ou em caso de ameaça concreta. No atual momento, não há qualquer ameaça à liberdade de locomoção do paciente, nem despontam os requisitos autorizadores, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora, por isso o indeferimento da liminar pleiteada de suspensão da tramitação do feito.

- No mérito, o simples surgimento de divergência sobre o rito processual não enseja a impetração do habeas corpus.

- Ordem denegada.

No Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente da aplicação de procedimento diverso daquele previsto no Código de Processo Penal Militar, na ação penal originária, tendo em vista ser o recorrente sargento da PM/MG.

Sustenta que "*a Lei 13.491/17, que alterou a redação do art. 9º do Código Penal Militar (CPM), aumentou o rol de crimes militares e igualmente ampliou a competência da Justiça Militar trazendo uma nova categoria de crimes militares*" (e-STJ fl. 71), instituindo, assim, crimes militares por extensão, ou seja, aqueles antes inexistentes no Código Penal Militar, mas previstos na legislação penal comum e que

"quando praticado pelo militar numa das hipóteses do inciso II do art. 92 do CPM, são, desde a publicação da Lei 13.491 de 16/10/2017, considerados crimes militares" (e-STJ fls. 71/72).

Afirma que *"nos crimes militares de competência do Colegiado, a disciplina já está prevista no CPPM, ao passo que nos crimes militares de competência do Juiz Singular, deve ser aplicado o que está previsto no CPPM, no que couber, e por analogia a disciplina da legislação processual comum (art. 3º, alínea "a")"* – e-STJ fls. 73/74.

Assevera que, no caso, a aplicação do rito comum em detrimento ao especial é passível de acarretar cerceamento de defesa com a consequente nulidade de todos os atos que se realizaram fora do procedimento determinado pelo instituto processual militar.

Dessa forma, requer, liminarmente, a suspensão da tramitação da ação penal até o julgamento deste *writ*. No mérito, postula a nulidade de todos os atos que se realizaram no procedimento diverso daquele determinado pelo Código de Processo Penal Militar (e-STJ fls. 65/81).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, notadamente porque o Tribunal de Justiça manifestou-se no sentido de que (e-STJ fls. 56/57):

A Lei n. 13.491/17 alterou e ampliou consideravelmente a competência desta Justiça Militar, no julgamento dos crimes praticados por militares, sem, contudo, alterar o procedimento aplicável [...]

O que percebo nos autos é que a douta Juíza Titular da 3ª AJME,

diante do recebimento de apenas uma defesa preliminar de um dos policiais militares denunciados, a fim de evitar nulidades, reabriu o prazo de defesa de todos os outros policiais militares, nos exatos termos do art. 394, § 2º, do CPP.

A magistrada justificou a utilização do rito processual comum, tendo em vista que a Lei n. 13.491/17 alterou somente a competência desta justiça especializada para o julgamento dos crimes praticados pelos policiais militares, sem, contudo, alterar o procedimento aplicável. Se o crime de abuso de autoridade não se encontra tipificado no Código Penal Militar, a excepcionalidade do procedimento previsto no CPPM não deve ser a regra, no entendimento da magistrada [...]

No atual momento, não há qualquer ameaça à liberdade de locomoção do paciente, nem despontam os requisitos autorizadores, quais sejam, o fumus boni iuris e o periculum in mora, por isso o indeferimento da liminar pleiteada de suspensão da tramitação do feito.

No mérito, o simples surgimento de divergência sobre o rito processual não enseja a impetração do habeas corpus.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste writ.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator